

ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA-RN

Francisca Elizonete de Souza Lima
Graduada pelo CGE/CAMEAM/UERN
franciscaelizonete@hotmail.com

Larissa da Silva Ferreira
Professora do CGE/CAMEAM/UERN
larissafferreira@uern.br

Resumo:

As discussões acerca das políticas públicas apresentaram-se com maior evidência no cenário nacional a partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Diante disso, o Programa Bolsa Família (PBF), redistribuidor de renda, vem se colocar como o de maior abrangência no país. Dessa forma, o presente trabalho visa compreender o referido programa na pequena cidade de Riacho de Santana-RN, no período em que se compara o ano de 2007 com o de 2010, última gestão do governo Lula caracterizada por um maior investimento na área social. Analisam-se ainda, as proporções socioeconômicas alcançadas pelo município com o PBF, e como estão distribuídos espacialmente os contemplados pelo programa. Para concretização deste trabalho, a metodologia corresponde a estudos teóricos e empíricos, bem como, sistematização de dados obtidos através de questionários. Assim, a presente discussão discorre acerca das políticas públicas e suas dimensões no contexto nacional, dando um enfoque nas políticas sociais desenvolvidas pelo governo Lula. Além disso, foi feita uma abordagem acerca do PBF e sua influência no desenvolvimento socioeconômico da cidade em estudo, seguido de uma análise do programa no contexto socioespacial, o que nos levou a compreender que o PBF trouxe para os beneficiados uma segurança alimentar, bem como a garantia de uma renda fixa mensal. No entanto, não chegou a ser tão significativo para a economia local devido à renda do programa não circular na própria cidade. Para referenciar o exposto observamos as colocações de Guareschi (2004), Silva, Gomes e Silva (2009), Silva (2007), Corrêa (2003), entre outros.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Riacho de Santana-RN. Segurança alimentar. Desenvolvimento Socioeconômico.

AN ANALISYS OF BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN THE SOCIAL-ECONOMICAL CONTEXT OF RIACHO DE SANTANA TOWN-RN

Abstract:

The discussions about public policies are presented with greater clarity on the national scene from the administration of President Luiz Inacio Lula da Silva (Lula). Thus, the Bolsa Família Program (BFP), that promote incomes distribution has been placed as greater coverage in the country. Thus, this study aims understanding this Program in the small town of Riacho de Santana-RN, in the period in which the year 2007 is compared with 2010, the last year of Lula's administration characterized by a greater investment in social area. It also analyzes the socioeconomic scale achieved by the municipality with the PBF, and how it is distributed spatially covered by the program. To do this work, the theoretical method corresponds to empirical studies, as well as systematic data obtained through questionnaires applied. Thus, the present discussion talks about public policy and its dimensions in national context, with a focus on social policies developed by Lula government. In addition, an approach was made about the PBF and its influence on the social-economical development of the city studied, it is followed by an analysis of the Program on socio-spatial context, which

led us to understand that the PBF has brought benefits to food security, as well as it has granted a fixed monthly income. However, it hasn't become so significant to the local economy just because the income of the program does not circulate in the Riacho de Santana Town. To reference our work we quote works by Guareschi (2004), Silva & Silva Gomes (2009), Silva (2007), Correa (2003), among others.

Keywords: Public policies Bolsa Família Program. Riacho de Santana Town. Security Food. Social-Economical Development.

1 Introdução

Os estudos sobre políticas públicas e seus reflexos no espaço geográfico vem ganhando significância, haja vista serem importantes vetores de mudanças e tendências espaciais que são atuantes mecanismos na organização e redirecionamento do espaço. Dentro desse contexto, as ações públicas em pequenos ambientes urbanos, como o de uma pequena cidade são maiores ainda, pois nesses espaços são imprescindíveis suas ações para que haja uma melhor dinamicidade e desenvolvimento.

São os resultados dessas políticas que nos proporcionou o interesse de estudá-las, visando compreender melhor a funcionalidade e as mudanças socioeconômicas que ocorrem em determinados espaços através destas, pois como nos lembra Pedone (1986, p. 08), “as políticas públicas não acontecem no vácuo. Dado que o estudo de políticas públicas é caracteristicamente idealizado como o nexu entre o pensamento e a ação – a teoria e a prática – [...]”.

Assim, o presente trabalho propõe uma análise acerca da Política Social - o Programa Bolsa Família (PBF), na cidade de Riacho de Santana¹ (**figura 01**), correspondendo a temporalidade da última gestão do Governo Lula (2007/2010), com o intuito de adentrar nas questões referentes ao planejamento, desenvolvimento e gestão de políticas públicas no âmbito social e econômico.

Prefere-se trabalhar essa política no contexto da pequena cidade, no intuito de levantar dados significativos a respeito das mudanças que políticas do caráter do PBF podem acarretar nestes espaços. Além disso, há a pretensão de desenvolver estudos relacionados ao contexto de uma pequena cidade, pois, “a pequena cidade deve ser compreendida como um elemento integrante do sistema social no qual predominam as estruturas econômicas, políticas sociais e suas inter-relações espaciais” (SILVA, GOMES & SILVA, 2009, p.57)

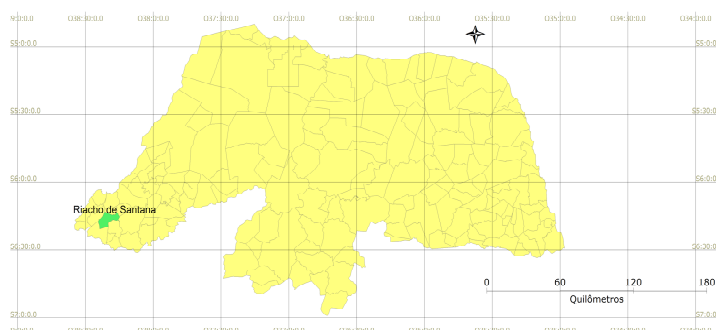


Figura 01: Localização do município de Riacho de Santana no estado do Rio Grande do Norte.

Fonte: Mapa base do IBGE (2007).

¹ Localizada na Mesorregião Oeste Potiguar, e na Microrregião da Serra de São Miguel, no Estado do Rio Grande do Norte. Limita-se com os municípios de Água Nova, José Da Penha, Luiz Gomes, Rafael Fernandes, Marcelino Vieira, Coronel João Pessoa. Abrange uma área de 129 km², com uma população de habitantes, 4.157 (IBGE, 2010)

O PBF focaliza as condições de vida do contingente populacional menos favorecido socioeconomicamente, possibilitando um leque de oportunidades aos mesmos. Nessa perspectiva, observa-se a procedência deste na cidade de Riacho de Santana/RN, identificando a distribuição sócioespacial dos recursos advindos da implementação deste programa. É notório que, para o desenvolvimento de um espaço socioeconômico, a implementação de políticas públicas faz-se necessária, tendo em vista que estas vêm contribuir para oportunizar o crescimento da localidade e conseqüentemente da população. Assim, o PBF se torna uma ferramenta governamental que articula as instâncias políticas, econômicas e sociais.

Diante do exposto, a cidade de Riacho de Santana reúne condições de acessibilidade para tal estudo, haja vista que a renda no município advém, em sua maior parte, das aposentadorias e dos empregos municipais e estaduais. A população que não se insere nesse contexto situa-se na margem da pobreza, pois a cidade não oferece suporte econômico para empregar esse número expressivo de pessoas, levando-os a necessitar dos programas federais como o PBF.

Dessa forma, faz-se necessário que na academia, *lócus* da construção do conhecimento, sejam desenvolvidos trabalhos que se direcionem para a necessidade e concretização de Políticas Públicas que proporcionem o desenvolvimento do espaço, bem como o bem-estar dos cidadãos. Torna-se assim um dever dos que transitam nos espaços acadêmicos conhecer e oferecer suporte para estudos sistematizados acerca de políticas públicas, haja vista a procedência das mesmas no cenário nacional na atualidade.

Diante dessa perspectiva, o nosso trabalho é levado aos seguintes questionamentos: no âmbito da realidade de uma pequena cidade, qual a importância do PBF para o desenvolvimento socioeconômico do município de Riacho de Santana/RN? Quais são as conseqüências para o desenvolvimento socioeconômico local da distribuição dos recursos advindos do Programa para a sociedade do município em questão? Como se distribui espacialmente no município, os principais beneficiados pelo programa? E, de fato, o PBF pode trazer para uma pequena cidade um desenvolvimento econômico? Quais fatores proporcionariam isso? Essas perguntas são pertinentes e nos abre um leque de possibilidades à medida que nos esforçamos para respondê-las. Assim, foi então a busca de respostas a essas indagações que se concretizou a construção do artigo que ora segue.

Para tanto, o artigo aqui construído apresenta inicialmente uma contextualização acerca do que se entende por políticas sociais, adentrando nas políticas sociais desenvolvidas no governo Lula, bem como as desenvolvidas na cidade foco de estudo na temporalidade 2007 /2010. Posteriormente, abriu-se um espaço para uma breve discussão a respeito da origem e finalidade do PBF. A partir disso, buscou-se levantar dados acerca dos recursos advindos do programa para a cidade em questão. Seguindo as premissas ora citadas, buscou-se fazer uma análise sócioespacial dos beneficiados pelo programa na cidade de Riacho de Santana/ RN, bem como analisar os benefícios do referido programa para a sociedade em questão.

Como procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica para dar consistência e segurança ao desenvolvimento do artigo como também, pesquisa a *sites*, especialmente ao do Ministério do Desenvolvimento Social, a fim de encontrar dados mais específicos em relação ao referido programa de governo, e foram aplicados questionários com a sociedade local para investigarmos os reflexos no espaço do programa.

2 Políticas públicas: breve discussão

2.1 Políticas sociais: algumas definições

Na perspectiva de se estudar políticas públicas e de perceber a sua dinâmica no contexto de uma pequena cidade, faz-se necessário compreender o que é e para que serve a implementação de uma política pública dentro de um espaço social com características diversas, como a carência de setores de serviços, que também promove a falta de emprego, levando uma boa parte da população a ter como fonte de renda os benefícios oriundos dos programas do Governo Federal.

Dessa forma, a política pública, engloba políticas ambientais, de infra-estrutura, de desenvolvimento de ciência e tecnologia, bem como políticas de cunho econômico que visa um permanente equilíbrio entre mercado e a sociedade, e de cunho social que procura atender aos direitos básicos da sociedade, como educação, saúde, alimentação, segurança, trabalho, moradia, assistência social, dentre outras. Pereira (2006, p.01) vem fazer relevância apenas a essas duas últimas quando afirma que “políticas públicas são compostas por políticas econômicas e sociais e têm no Estado o seu formulador e executor” Diante disso, Guareschi (2004) traz uma discussão acerca do que se entende por Política Pública, considerando-a como: “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas”.

Corroborando com as idéias de Guareschi (2004), Rua (1998, p.1) vem considerar que

as Políticas Públicas [...] compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. [...] Uma Política Pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Destarte, a gestão das políticas públicas deve ser descentralizada, e participativa a fim de trazer maiores benefícios para a sociedade em questão. A esse respeito, Silva, Gomes e Silva (2009, p.106) vêm propor que:

[...] a gestão social das políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação, da saúde, e da assistência social, deve ser resultante de uma ação coletiva e participativa que envolva os diversos seguimentos da sociedade com vista à implementação de ações voltadas para o entendimento de demandas sociais apresentadas pela população. [...].

Assim, já que as políticas sociais por excelência devem voltar-se para o atendimento das necessidades da sociedade a população deve, portanto, como ora discutido, fazer parte das decisões, fiscalizações e gerenciamento das Políticas nela e para ela desenvolvida. Lubambo (apud AMORIM e REOLON, 2006, p. 137) afirmam ainda que “a implantação das políticas públicas poderia se tornar muito mais eficiente se fosse facilitado o acesso da população nas decisões de interesse público”. Com isso, se concretizaria a democracia e descentralização do poder tão bem definido na Constituição Federal de 1988. Vale salientar ainda que é preciso que haja eficácia na elaboração e execução de uma política pública buscando resolver as questões que levaram o seu surgimento, bem como o levantamento dos recursos disponíveis para a sua realização. Neste contexto Lubambo (apud AMORIM e REOLON, 2006, p.130) vêm esclarecer que “todo e qualquer planejamento na elaboração de políticas requer um diagnóstico da realidade social e uma definição clara dos objetivos e metas, tendo em vista, os recursos disponíveis para a realização das ações. [...]”

Contudo, é necessário destacar que, embora as políticas sociais busquem atenuar desigualdades e solucionar problemas diversos, nem sempre isso se concretiza, pois, como anteriormente destacado, a concretização de uma política especialmente de cunho social está entrelaçada a interesses políticos que em muitos momentos divergem dos interesses da população. Por outro ângulo a promoção de uma política social requer equipamentos e recursos que precisam ser dinamicamente geridos que, em concomitância com o interesse social, permitiria a concretização do princípio equitativo das políticas sociais.

2.2 Políticas sociais no governo Lula

Para compreender a dinamicidade e evidencialismo das políticas sociais no governo Lula faz-se antes necessário uma caracterização, mesmo que mínima e superficial, visto tratar-se de um artigo, do contexto em que se inserem as políticas sociais na história do país, especialmente após a Constituição Federal Brasileira de 1988.

É de conhecimento geral que na história do Brasil, remetendo-se especificadamente ao caráter social, não foi evidenciado na maioria dos governos sejam imperiais, ditatoriais, ou os republicanos a existência de políticas sociais que emergem um caráter equitativo no que tange aos problemas de ordem social. Estas sempre esbarraram nos critérios de ordem econômica. Muitas vezes foram amparadas pela filantropia especialmente as entidades religiosas, o que por vezes permuta até os dias atuais.

Desta forma, a visão acerca dos direitos sociais da população está aculturada da logística do favor, das regalias possibilitadas a camadas sociais mais abastadas e das políticas assistencialistas que buscam mascarar a ausência do estado no dever de promover e executar Políticas de caráter social. Assim, de acordo com Albuquerque, (2006, p.9) “O Brasil é um país marcado pela desigualdade e por uma cultura do privilégio e do favor que predominam sobre a consciência dos direitos. [...]”

Mesmo após a constituição de 1988, que “instituiu a Seguridade Social, permitindo que a Assistência social passasse a ser de fato uma política de direito” (SILVA, 2007, p.1430) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, que vem determinar que a Assistência Social seja um sistema composto pelo poder público e Sociedade Civil buscando também em concomitância com o pensamento da sociedade acrescentar nos valores brasileiros o caráter social e evidenciar as políticas sociais agora pensadas e executadas de maneira descentralizada nas instâncias: Município/Estado/União. As políticas sociais seguiram seu modelo de assistencialismo e trocas de favores, pois os governos que sucederam a constituição e diretrizes dela surgidas não procuraram ou não conseguiram seguir o que ela rege.

Assim, a Constituição Federal no artigo 204 vem considerar as ações governamentais baseadas em diretrizes como: descentralização político-administrativa e participação da população na formulação das políticas, dentre outras (BRASIL, 1998). Diante disso ficaria evidenciado não apenas a descentralização como também, a representatividade da população no tocante as questões sociais a ela inerentes, agora garantidas e regidas por lei.

No entanto, como já mencionado, a população procurou estar reunida em conferências e debates de cunho social, mas nem sempre teve vez nas decisões e interesses no que tange as políticas sociais. Os governos que sucederam a Constituição Federal dentro de um viés neoliberal perpetuaram a troca de favor e as regalias a uma minoria exploradora, bem como, o teor econômico sempre a frente do social.

Reportando-nos a gestão do Governo Lula, percebe-se como ora citado, um diferencial no tratamento, organização e gerenciamento das Políticas Sociais, haja vista que essas foram o carro chefe da campanha governamental do então presidente, havendo, portanto, um cuidado

maior com as questões sociais e um significativo apreço acerca das necessidades da população especialmente a mais pobre.

Vale lembrar, ainda, que o Governo de Lula procurou inicialmente conter os desníveis macroeconômicos do governo de FHC, como principalmente os desníveis de ordem social. Para tanto, investiu na implantação de políticas sociais que pudessem minimizar a problemática da extrema pobreza, bem como em políticas sociais voltadas para a população situada na rota do desemprego crescente e da recessão econômica decorrentes da queda dos rendimentos socioeconômicos do país. (MARTINS, 2007)

O governo Lula, marcado pelo maior interesse na idealização e execução das políticas sociais, tem no ano de 2003 um destaque no que tange as políticas de transferência de renda a nível nacional. O governo acorda com a população, a promessa de lutar contra a fome e a pobreza que assolava o cenário nacional (embora ainda hoje perdure estatísticas de fome e pobreza, vale mencionar que estas constituem estatísticas menores em relação ao início do seu mandato) e cria em outubro de 2003 o PBF.

Vale frisar que o maior interesse por parte do Governo Federal em criar esse Programa foi proporcionar a erradicação da fome no país. As palavras do Presidente Lula em seu discurso após o período eleitoral de 2002, citado por Linhares (2005) vêm afirmar isso:

Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate a fome. Um apelo a solidariedade para com os brasileiros que não tem o que comer. Para tanto, anuncio a criação de uma Secretaria de Emergência Social, com verbas e poderes para iniciar, já em Janeiro, o combate ao flagelo da fome. Estou seguro que esse é, hoje, o clamor mais forte do conjunto da sociedade. Se ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão da minha vida.

Assim, as políticas sociais atreladas as de cunho econômico, seriam um elo forte e concreto para o combate a fome e a pobreza no Brasil, e esse combate representou a linha da campanha e governo do presidente Lula. As políticas de transferência de renda que antes se situavam em patamares distintos, desenvolvidos em alguns Estados e em outros não, ganha com o então governo uma representatividade nacional, ou seja, o governo dá concretização a uma política pública de transferência de renda com uma abrangência nacional (SILVA, 2007, p.1432), como ocorreu com a implementação do PBF, que será discutido melhor na continuação desse artigo. Assim, o

atual momento na construção histórica dos Programas de Transferência de Renda, é marcada por duas mudanças importantes: ampliação do público atendido pelos programas Federais, com elevação significativa dos recursos a eles destinados, e a proposta de unificação dos programas federais, estaduais e municipais. (SILVA, 2007, p.1433)

Contudo, o Governo do presidente Lula é caracterizado por esse incentivo maior às políticas sociais. O mesmo buscou criar mecanismos para transitar com mais leveza e urgência nas questões referentes às necessidades básicas da população. Unifica em um só programa (PBF), para melhor controle e desenvolvimento, os programas de transferência de renda anteriormente desenvolvidos, como O Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Programa Nacional de Acesso a Alimentação, e em 2005 engloba no PBF o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e posteriormente o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) caracterizando assim o desejo de dar maior procedência as ações desenvolvidas em cada Programa por uma mesma instância: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

3 Caso Riacho de Santana: a influência do programa bolsa família para o desenvolvimento socioeconômico no ano de 2007/2010

3.1 Bolsa Família: breves considerações

O PBF, como anteriormente citado, vem constituir o programa de maior abrangência nas questões sociais que comporta uma área de nível nacional. Este vem compor um programa de transferência de renda, focalizado, haja vista que o mesmo possui um público alvo: pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza e moldado dentro de certas condicionalidades. Ao referir-se a pobreza (MORAIS, 2005, p. 6) vem colocar que “pobreza é habitualmente equiparada à falta de renda, porque se presume que a renda determina em grande medida o nível de bem estar social”. Com isso, colocando o critério de renda em evidência é que se estabelecem as normas e condicionalidades do então programa. O PBF encabeça o Fome Zero que objetiva a segurança alimentar e nutricional da população vulnerável a fome.

O PBF é criado pelo governo federal em outubro de 2003, como uma abrangência maior do Programa Fome Zero, proporcionando concentrar em um mesmo programa alguns programas antes desenvolvidos, como o Auxílio Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, PETI, e posteriormente o PROJOVEM. A unificação desses programas foi feita objetivando dar uma maior agilidade na liberação do dinheiro a quem precisa e consequentemente uma facilidade na gestão, controle e repasse dos recursos.

O órgão responsável pelo programa é a SENARC (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania) essa Secretaria é pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O PBF é regido pela Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004. Vale lembrar que todas as metas esperadas pelo governo no tocante a atuação do PBF para o final do ano de 2004 foram alcançadas, a exemplo disso o Programa atingiu a cobertura de 6.571.842 famílias abrangendo respectivamente 99,5% das cidades brasileiras naquele ano. (LINHARES, 2005). Uma das principais metas do programa seria reduzir de forma grandiosa a fome no Brasil e permitir às famílias inseridas neste quadro a oportunidade de ao menos fazer as três refeições básicas diárias, como já reforçado nesta obra anteriormente.

O PBF vem constituir-se como acima citado um programa de transferência de renda a qual vai diretamente para as famílias em vulnerabilidade objetivando permitir que estas possam ter seus direitos humanos básicos de alimentação, educação e saúde garantidos. Esta renda pode ser utilizada para aquisição de alimentação ou de qualquer outro gênero que a família possa vir necessitar.

O PBF possui uma população alvo que se insere em dois grupos respectivamente, levando em consideração a renda per capita. O primeiro grupo alvo é composto por aquelas famílias com uma renda *per capita* abaixo de R\$ 60,00, as extremamente pobres; e o segundo, as famílias com renda *per capita* de R\$ de 60,00 e R\$ 120,00, as famílias pobres. Salientando que essas variantes sofreram reajuste. No ano de 2010, por exemplo, faziam parte do programa a família com renda mensal de até R\$70,00 por pessoa e de até R\$ 140,00, quando houver crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (AGENDA DA FAMÍLIA/MDS, 2010).

O programa tem assim, dois benefícios, o básico que iniciou com R\$ 58,00 (com reajustes em 2010 esse valor chegou a R\$ 68,00); o benefício variável que era de R\$18,00 sofrendo reajustes, os valores em 2010 são de R\$22,00 (para o bolsa escola), de R\$ 33,00 (para a bolsa variável jovem) e de R\$ 25,00 para o PETI, lembrando que o valor do PETI continua o mesmo desde sua implantação. Com isso as famílias extremamente pobres

chegariam a um valor de R\$ 120,00 juntando os dois benefícios (o básico e o variável) no início do programa, e em 2010 esse valor chegou a R\$200,00 reais.

Vale lembrar que para entrar como beneficiário do programa é necessário que a família esteja cadastrada no CadÚnico (Cadastro único), e o responsável pela coleta das informações dadas pela família é o Gestor Municipal do Programa, o que permite uma agilidade maior na obtenção dos dados. Essa facilidade é respaldo da maior interação entre os entes federativos, Município/Estado/União. É preciso também destacar que não são todas famílias cadastradas que são beneficiadas pelo PBF, pois como já referido, as famílias passam por condicionalidades que lhes permitem ou não fazerem parte do universo do programa. (SOARES, RIBAS e SOARES, 2009)

As informações adquiridas pelo Cadastro Único são dirigidas a Caixa Econômica Federal (CEF) que vem ser o órgão operador e pagador do Programa. É responsabilidade da CEF, confeccionar e emitir os cartões para os cidadãos que foram selecionados para receberem os benefícios do PBF. Para tanto, a Caixa Econômica calcula os dados quanto à renda *per capita* da família para então conceder o benefício. Assim, embora utilizando os critérios designados pela SENARC, é importante destacar que a CEF possui uma significância enquanto órgão responsável não apenas para pagar como para operacionalizar o programa.

No tocante as condicionalidades, a Agenda da Família do MDS (2010) registra que estas devem ser compreendidas como compromissos assumidos pela família como também pelo poder público, visando que os beneficiários possam usufruir dos serviços de educação, saúde, assistência social, em especial para as crianças, nutrízes, adolescentes e mulheres grávidas. Nos compromissos quanto a educação os pais devem matricular todas as crianças de 6 a 17 anos, e garantir a frequência escolar destes entre 75% a 85%. Nos compromissos com a saúde, são várias óticas, é preciso manter atualizados o peso, altura, as vacinas a serem tomadas por aqueles que estão recebendo a bolsa família, além de as gestantes participarem do pré-natal bem como de todas as demais medidas de saúdes a estas designadas.

Assim, fica perceptível que embora o PBF tenha sido criado objetivando a unificação de programas anteriores para combater a fome e a pobreza, ele ganhou também outras vertentes como proporcionar as crianças pobres melhores oportunidades de escolaridade, e de melhorar as condições de saúde daqueles que se inserem no universo do programa, bem como oportunizar cursos profissionalizantes que permitam os beneficiários exercerem uma profissão e saírem da margem da pobreza como das condicionalidades do programa. É preciso lembrar ainda, que os beneficiários do PBF participam também das tarifas mínimas de água e energia, para facilitar o acesso dessa população alvo a estes serviços.

Vale ainda lembrar que o objetivo do governo foi tornar o PBF cada vez mais abrangente. Assim, em 2007, segundo dados do MDS, já eram 11 milhões de famílias beneficiadas e em 2010, já chega próximo aos 13 milhões de famílias assistidas pelo programa.

3.2 Principais Políticas sociais implantadas no município e identificação dos recursos advindos do Programa Bolsa Família para 2007/2010

Como o presente artigo visa fazer uma análise acerca da importância do PBF na cidade de Riacho de Santana/RN, viu-se necessário pontuar as políticas sociais que são implantadas na cidade em questão e compreender a parceria que se concretiza entre o governo federal e municipal. Assim, dentre as principais políticas sociais desenvolvidas na cidade de Riacho de Santana, estão o PETI (Programa de erradicação do Trabalho Infantil), o PROJOVEM, a Compra Direta, o CRAS e as demais políticas que engloba o PBF.

As famílias são cadastradas no Cadastro Único a partir das características e condicionalidades do programa central, que é o PBF. O governo faz o repasse dos recursos para os beneficiários que terão uma conta nominal na CEF, e o município fica responsável pelo cadastro como ora citado bem como pela fiscalização das condicionalidades e delimitações. Dessa forma torna-se dever do município, através da secretaria de Assistência Social, estar em dia com as exigências do programa para então assegurar aos cidadãos que se enquadram na configuração do PBF, bem como dos programas sociais aí desenvolvidos a entrada e aquisição dos direitos a eles proporcionados pelas políticas sociais. Assim, a cidade de Riacho de Santana está inserida como os demais municípios brasileiros nos programas sociais do Governo, especificamente aqueles que englobam o PBF que vem ser uma abrangência maior dos demais programas nele contidos.

Dessa forma, segundo dados da secretaria de Assistência Social do município em questão, estão cadastrados e recebendo os benefícios, no PETI (Programa de erradicação do Trabalho Infantil) que começou a atuar no município em 2005, 210 crianças, estes recebem um valor de R\$ 25,00 mensais; no PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) existente no município desde 2008, 75 jovens, embora valha a ressalva que estes 75 jovens cadastrados no PROJOVEM, fazem parte de um universo de 400 jovens que recebem a Bolsa variável Jovem no valor de R\$ 33,00. Na compra Direta, atuante no município desde o ano de 2006, 13 famílias, é importante salientar que a Compra Direta é um programa do Governo Federal em conjunto com a EMATER do município, que veio para beneficiar as Famílias cadastradas no PBF que desenvolvem a Agricultura Familiar, (o Governo faz a compra direta do agricultor e leva esses produtos para serem consumidos nas escolas públicas, PETI, CRAS, dentre outros). No PBF que passou a vigorar em 2004 no município em estudo, estão cadastradas 674 famílias e no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) implantado em 2006, 200 famílias.

Reportando-nos ao PBF que vem constituir o programa social de maior abrangência na atualidade, que possibilitou o surgimento e evolução de demais programas, este possui uma dinamicidade nas questões sociais trabalhadas pela secretaria de Assistência Social do município de Riacho de Santana. Segundo comentário da secretária de Assistência Social do município, o PBF veio proporcionar não apenas uma renda mínima para as famílias em vulnerabilidade como também trouxe a estas um novo olhar a respeito de como está sendo tratada a problemática da fome e dos direitos básicos que possuem a instituição família. Possibilitou também uma segurança ainda que mínima de alimentação, e a possibilidade de levar ao menos uma das refeições a mesa.

Fazendo um comparativo entre o ano de 2007 a 2010, (**figura 02**) no município de Riacho de Santana, segundo dados da Secretaria da Assistência Social do município em questão, no final do ano de 2007 eram 709 famílias contempladas com os benefícios do PBF, destas, 140 recebiam apenas o benefício básico; 89 recebiam somente as variáveis e 480 recebiam o benefício básico com as variáveis. Em 2007, os valores repassados para a população consistiu em: R\$ 62,00 para o benefício básico; R\$ 20,00 para o benefício variável, e R\$ 30,00 reais para o benefício/adolescente, lembrando que só podem ser 4 variáveis por família. Neste ano o governo federal fez o repasse de R\$ 53 57,00 aos beneficiários do programa.

Já no ano de 2010, o número dos contemplados teve uma pequena queda, devido principalmente algumas famílias terem melhorado o nível de sua renda e de algumas outras terem migrado para outras cidades e regiões do país. Assim, em dezembro de 2010, último ano da segunda gestão do governo Lula, estavam cadastradas e recebendo os benefícios do PBF no município, 674 famílias. Destas apenas 40 recebem somente as variáveis; 142 recebem o benefício básico e 492 recebem o benefício básico com as variáveis. Os valores de repasse tiveram também um reajuste, foram R\$ 68,00 para o benefício básico; R\$ 22,00 para

o benefício variável; R\$25,00 para o PETI que continua o mesmo valor desde a implantação no município; e R\$33,00 para a bolsa variável jovem, lembrando que os beneficiários recebem esses valores em um mesmo cartão, o cartão Bolsa Família.

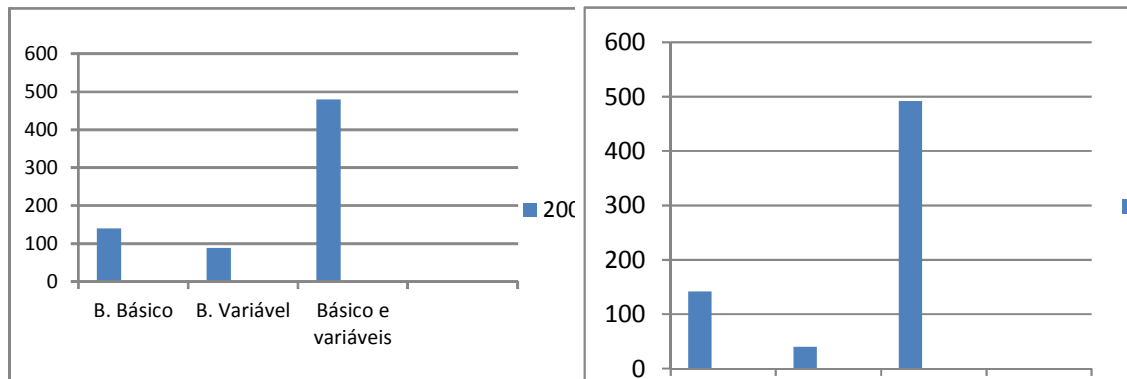


Figura 02: Famílias distribuídas entre os benefícios do PBF nos anos de 2007 e 2010

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Os reajustes desses valores são feitos levando em conta o direcionamento do PBF para a compra de alimentos pelos beneficiários, pois segundo pesquisas do MDS, é este o principal destino da renda do PBF. Assim, fica nítido que ainda é o critério de alimentação que sobressai nas despesas das famílias que são quitadas com os benefícios do programa em estudo.

Outro fator de relevante importância no tocante aos reajustes é que com o resultado das pesquisas realizadas pelo MDS, se os valores do PBF estiverem muito defasados em comparação com o salário mínimo o governo aumenta também o benefício, o que garante à população a continuação da aquisição de alimentos bem como de outros gêneros necessários para atender as necessidades das famílias. Vale lembrar que embora o programa esteja sendo reajustado sempre que possível, o valor que as famílias recebem ainda é pouco para lhe garantir o atendimento de suas necessidades básicas, no entanto, já é muito válida essa transferência de renda para as famílias em vulnerabilidade, a continuação é que precisa estar sendo exercida, bem como a promoção da saída destas famílias dos critérios de condicionalidades, pois vale lembrar que o programa foi criado visando também à possível saída das famílias do universo do programa, o que caracterizaria que estas ascenderiam a um nível melhor de renda.

4 Análise da importância do programa bolsa família no contexto sócioespacial no município de Riacho de Santana

4.1 Distribuição e análise sócioespacial dos contemplados pelo programa na Zona rural e Zona urbana.

Para compreender a distribuição sócioespacial dos contemplados pelo PBF, é preciso antes fazer um respaldo sobre a categoria espaço. Muito discutido na geografia, o espaço vem ser um dos conceitos chave dessa ciência e tem em vários autores um respaldo significativo. Lefebvre (apud CORRÊA, 2003) vem destacar que o espaço não é apenas um conjunto de números, nem um produto apenas da sociedade, de ações políticas, mas, em suma, o espaço torna-se lócus da ação e reprodução da sociedade que o constitui e o transforma a sua maneira.

Diante do entendimento acerca da categoria espaço, nosso trabalho é levado a identificar a distribuição espacial dos beneficiados pelo PBF. Este Programa do Governo Federal por sua vez, torna-se um elemento modificador do espaço quando pensado pela ótica do desenvolvimento econômico que políticas sociais podem trazer para os espaços urbanos e rurais especialmente aqueles cuja economia se encontra rarefeita. Embora não seja esse o eixo principal do programa que por sua vez visa o desenvolvimento da família, especificadamente as condições de vida humana como ser nutrido, e as necessidades básicas em geral, não respaldando-se necessariamente as de ordem social, o PBF promove uma dinamização nas economias locais quando permite a compra direta feita pela população beneficiada de produtos alimentícios, higiênicos, vestuário, calçados, etc. A política torna-se assim um dos dinamizadores e articuladores do espaço.

Tratando-se ainda do PBF este vem constituir uma política de desconcentração espacial da renda especialmente quando o comparamos a políticas anteriores de distribuição de renda, onde estas eram voltadas quase que exclusivamente para os grandes centros urbanos. Já o PBF, foi introduzido não apenas nas capitais e grandes centros, mas principalmente, para os interiores dos estados especialmente o Norte e Nordeste do país. Assim, considerando a perspectiva espacial o PBF caracteriza-se como o maior programa de distribuição de renda e de desconcentração espacial desta renda.

A maior parte das pessoas contempladas com o PBF na cidade de Riacho de Santana localiza-se na zona rural, sendo o PBF para essa população muitas vezes a única fonte de sobrevivência. Fica nítido que a pobreza no campo ainda possui números alarmantes, perpetuando ainda nestes espaços os aspectos da pobreza, como a falta de desenvolvimento socioeconômico, desigualdades sociais, distribuição desigual de renda etc.. No entanto, esse dado difere dos dados nacionais tendo em vista que no ano de 2008 segundo o MDS, eram 69% os contemplados com o PBF localizados nas cidades, e apenas 31% estavam no campo.

Já nos dados municipais da cidade em estudo, no ano de 2007 estavam localizados na zona urbana 219 famílias beneficiadas com os recursos do PBF e 490 localizavam-se na zona rural. Em comparativo com o ano de 2010 esses números tiveram uma queda pouco expressiva para os contemplados na zona rural, pois foram 451 famílias nesta zona e 223 famílias na zona urbana (**figuras 03 e 04**). Um quesito responsável por essa concentração de beneficiários na zona rural é a pobreza no campo já apontada neste artigo, outro quesito mais elementar é a questão da população do município de Riacho de Santana estar localizado em sua maioria no campo (2.447 na zona rural, contra 1.710 na zona urbana segundo IBGE, 2010).

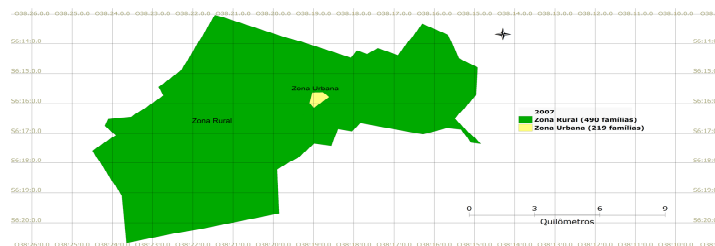


Figura 03: Beneficiados com o Bolsa Família em 2007(Zona Rural e Urbana)

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

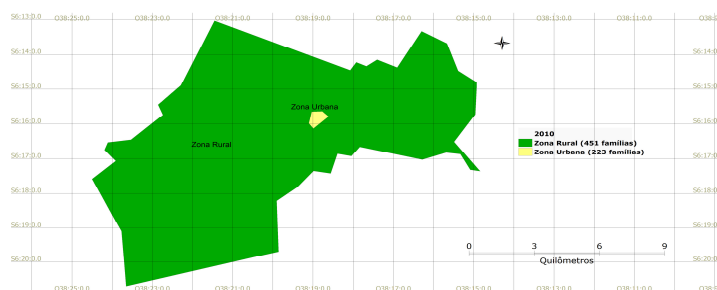


Figura 04: Beneficiados com o Bolsa Família em 2010 (Zona Rural e Urbana)

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Dessa forma fica então compreendida a dinamicidade que tem o PBF em especial na zona rural do município de Riacho de Santana, sendo este responsável pela sobrevivência da maioria das famílias localizadas no campo neste município especialmente nos anos em que são poucos chuvosos, haja vista que sua população rural em quase sua totalidade pratica a agricultura de subsistência.

4.2 Um breve olhar sobre a situação socioeconômica das famílias contempladas com o PBF

Com o objetivo de fazer um estudo mais detalhado acerca do contexto socioeconômico em que vivem as famílias inseridas no universo do programa em análise, e compreender assim sua dinamicidade, foi realizada entrevista com questionários semi-abertos e fechados de caráter quantitativo e qualitativo, tendo uma amostragem de vinte famílias no universo de 674, o que corresponde a 2,9% do total.

A situação socioeconômica das famílias contempladas com o PBF corresponde as condicionalidades do programa. São famílias pobres e extremamente pobres, onde muitas destas possuem como única fonte de renda apenas a oriunda do PBF. No entanto, com a introdução do Programa ora discutido estas famílias alcançaram certo poder de compra o que lhes garantem suprir suas necessidades básicas. Por outro lado devido a grande influência que possui a cidade de Pau dos Ferros/RN como pólo econômico grande parte da renda gerada do PBF em Riacho de Santana circula no município de Pau dos Ferros, pois a maioria dos beneficiados fazem suas compras, especialmente a cesta básica, vestuário e calçados nesta cidade, o que faz com que o PBF não dinamize como poderia a economia local de Riacho de Santana, questão essa que discutiremos melhor a seguir.

Das famílias que responderam aos questionários, constatou-se que a maioria possui um grau de escolaridade baixa, tendo em vista que apenas 5% têm o ensino superior incompleto, 25% possuem o Ensino Médio completo e 70% possuem o fundamental incompleto, sendo que boa parte destes só sabem assinar o nome e não codificam e decodificam. No tocante ao número de pessoas por residência, 40% possuem de um a dois membros; 40% de dois a quatro membros e 20% possuem de 4 à 6 membros.

Com relação à moradia, a pesquisa trouxe um dado interessante, a maior parte dos beneficiários entrevistados mora em casa adquirida através de programas de governo o que condiz com a focalidade do PBF, pois as moradias advindas de projetos governamentais são destinadas especificamente a população pobre. Assim 40% das famílias entrevistadas moram em casa própria adquirida através de Políticas Habitacionais; 35% em casa de parentes; 15% em casa alugada e 5% moram em casa própria.

No tocante ao Bolsa Família, 45% das pessoas questionadas recebem o benefício do programa a mais de cinco anos; 20% recebem o Bolsa de três a cinco anos; 20% de um a três anos e 13% não souberam opinar. Esses dados nos leva a perceber que a maioria das famílias

estudadas está no programa desde a sua implantação no município, o que mostra que essas famílias, há muito tempo inseridas no programa, não conseguiram ainda sair dos critérios de condicionalidades.

A maioria das famílias sobrevive com uma renda equivalente a menos de um salário mínimo, 90% destas. 5% têm uma renda de um salário mínimo e os outros 5% de um a dois salários mínimos (**figura 05**). Na contribuição da renda familiar, em 90% das famílias apenas um membro contribui e em 10% duas pessoas contribuem. A maior parte dessas famílias mais precisamente 85% tem como renda fixa principal, portanto, apenas o PBF (**figura 06**). Os outros 15% tem como principal renda as adquiridas por trabalhos informais, como empregadas domésticas, ajudante de pedreiro, dentre outros, que trabalham sem carteira assinada.

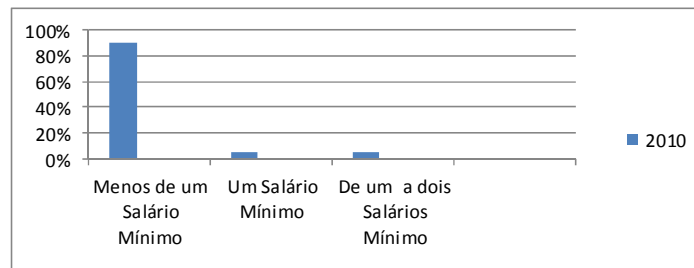


Figura 05: Renda das Famílias Entrevistadas

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

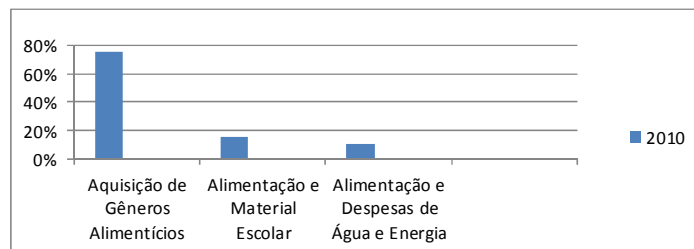


Gráfico 06: Destino dado a Renda PBF

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Outro fator de relevante importância foi o destino dado a renda do PBF pelos entrevistados, onde 75% são coniventes com a originalidade do programa, destinam sua renda apenas para a aquisição de gêneros alimentícios; 15% destinam para gastos com alimentação e material escolar e 10% utilizam para alimentação e despesas com os serviços de água e energia. Esses dados mostram que a necessidade urgente das famílias pobres e extremamente pobres é ainda o combate a fome.

Combater a fome é realmente a visão que as famílias entrevistadas têm a respeito do respaldo do PBF, os dados da pesquisa vem comprovar isso, pois 60% dos entrevistados faz menção a esse fato quando perguntado como viam o PBF; já 20% afirma ser este uma possibilidade de promoção na renda familiar; 10% respondeu que o Programa é uma importante forma de movimentação da economia; já 5% considera-o um programa simplesmente assistencial, os outros 5% acha que o PBF é um favor dispensado pelo Governo para as famílias em vulnerabilidade.

Percebe-se que o PBF, para a maioria dessas famílias, chega a ser a única garantia de alimentação e sobrevivência mensal, o que demonstra a importância deste no contexto de uma pequena cidade que não oferece oportunidade de emprego aos seus habitantes, pois boa parte dos municípios pequenos com um setor de serviços incipiente sobrevive do FPM (Fundo de

Participação Municipal). Assim, o PBF tem um destaque maior no requisito de sobrevivência das famílias nesses espaços, questão essa anteriormente já discutida.

4.3 A relação do Programa Bolsa Família com a economia local

Para compreender a repercussão do PBF na economia local buscou-se fazer, de maneira informal, entrevistas nos comércios populares na cidade em estudo, especialmente aqueles existentes desde 2007, (primeiro ano da última gestão do governo Lula) a fim de fazer um comparativo com o ano de 2010, (último ano da gestão do governo Lula). A partir disso, pode-se perceber que o programa em questão poderia trazer para o município um avanço na economia local se a renda circulasse na cidade. Entretanto, por questões culturais e em busca de melhores preços e variedades, as famílias beneficiadas se deslocam de Riacho de Santana para Pau dos Ferros (cidade considerada centro comercial que polariza 34 municípios circunvizinhos), para comprar gêneros alimentícios e outros que comportam as suas necessidades básicas, deixando nesta cidade a maior parte da renda do PBF.

Assim, foram entrevistados 4 dos comércios (mercados e mini-mercados) de um universo de 8, sendo estes estabelecimentos voltados para a venda de gêneros alimentícios, higiênicos, dentre outros e uma loja popular de venda de roupas, calçados, perfumaria e casa/cozinha. Os dados da entrevista nos trouxeram os seguintes apontamentos: em 2007, um dos mercados mais populares da cidade constatou que as vendas chegaram a uma média de R\$ 40.000, dos clientes 13% compravam com recursos do PBF; 70% eram aposentados e pensionistas, 9% eram funcionários públicos e 8% eram pessoas autônomas e sem renda fixa. Em 2010 foram vendidos uma média de R\$ 55.000,00, os clientes que compram com PBF corresponde em média 7%; os aposentados e pensionistas são 78%, os funcionários públicos são 10% e 5% com outros recursos.

Com relação aos mini-mercados entrevistados foram vendidos em 2007 uma média de 20.000 mil reais cada. Dos clientes, apenas 7% compraram com recursos PBF, 84% com recursos oriundos de aposentadorias e pensões e 6% com recursos do funcionalismo público e 3% outros recursos. Já no ano de 2010, em comparação ao ano de 2007 houve uma redução significativa de alguns dados ora citados. As vendas dos mesmos comércios (mini-mercados) chegaram a média de R\$ 24.000,00 anuais, no entanto o número de clientes que compram com o PBF declinou para 4%. Já os aposentados e pensionistas elevou-se para 81%, os funcionários públicos para 10% e 5% outros clientes.

A loja popular pesquisada não calcula suas despesas e receitas mensalmente, apenas nos dois meses do ano em que há um aumento significativo da vendas (junho e dezembro) em virtude das festividades locais. Dessa forma, em junho e dezembro de 2007 foram vendidas em torno de R\$ 22.000,00. Dos clientes que compraram nos respectivos meses 9% foram pessoas beneficiadas com o PBF; 61% foram funcionários públicos, 20% foram aposentados e pensionistas e os outros 10% por pessoas autônomas e sem renda fixa. Já no ano de 2010, as vendas nos dois respectivos meses saltaram para R\$ 31.000,00 e apenas 7% dos clientes compraram com recursos do PBF.

A partir dos dados ora citados percebe-se que as vendas em geral na cidade volta-se para os aposentados e pensionistas, já com relação aos beneficiários do PBF, considerando o recorte temporal de 2007 e 2010, pode-se observar que o número de pessoas que compram nos comércios locais com recurso do PBF é um tanto insignificante comparados aos outros (aposentados, funcionários públicos, dentre outros) e esse número diminuiu ainda mais no ano de 2010. Esses dados nos levam a perceber que embora não tendo indústrias e um setor de serviços destacável em Riacho de Santana, se a renda do PBF girasse em torno do município, ela traria uma maior dinamicidade econômica para a cidade, mesmo sendo uma renda ainda

mínima, quando pensada de forma geral abrangendo os 674 beneficiários torna-se um renda significativa que possibilitaria, se circulada na cidade, um avanço na economia local.

5 Para não concluir

De fato os estudos sobre políticas públicas de cunho social encontram-se em evidência nos últimos anos. Uma das contribuições para esse respaldo foi a Constituição de 1988, que alavancou a importância da Assistência Social no cenário nacional. No entanto, por motivos econômicos, os interesses sociais foram, em muitos momentos, colocados à parte. O governo do então presidente Lula trouxe um novo olhar para as políticas sociais sendo estas o “carro-chefe” de sua campanha governamental. Assim no ano de 2003, o Governo Federal cria o PBF unificando programas anteriores para uma melhor gestão e repasse dos recursos.

O PBF como um programa focalizado tendo como público alvo as famílias pobres e extremamente pobres, compreendido em certas condicionalidades transfere renda diretamente para as famílias em vulnerabilidade. E torna-se ao longo dos anos o programa social de maior abrangência no cenário nacional.

Estudá-lo na cidade de Riacho de Santana/RN nos fez compreender sua dinamicidade nos espaços de uma pequena cidade e o quanto este se torna indispensável para as famílias que o tem, muitas vezes, como única renda fixa, garantia de uma alimentação ainda que mínima, e de sobrevivência ante o drama da fome.

No entanto o PBF poderia ser nestes espaços algo além do que a segurança alimentar, ele poderia dar uma dinamicidade maior na economia local, se a renda do mesmo fosse circulada no município, visto que em Riacho de Santana no ano de 2010 foram 674 os contemplados com O PBF, o que significa uma importante parcela da sociedade que, se de forma consciente fizesse sua renda advinda do PBF ser uma constante no município, os comércios locais poderiam vender mais, assim, barateavam seus preços, e promoviam um respaldo maior na economia local. Vale aqui a ressalva. Para tanto é necessário que a população não veja o PBF apenas como uma forma de combate a fome, (embora seja essa a focalidade inicial do programa) mas como uma fonte de renda que pode ser circulante em seu município. Uma renda que lhe dá, ainda que de forma mínima, um poder de compra. Sendo assim, é preciso recuperar a visão de que o desenvolvimento socioeconômico pode ser também efetivado quando se coloca em evidência as potencialidades locais. O PBF poderá assim ser um elemento propiciador do desenvolvimento socioeconômico não apenas para o beneficiado como também para o espaço em que este se encontra inserido.

Dessa forma, este artigo veio promover uma discussão diferenciada acerca das políticas sociais e dos benefícios socioeconômicos que o PBF pode vir proporcionar, cabe então a sociedade buscar o caminho para que a partir da iniciativa governamental em desenvolver programas de transferência de renda, o desenvolvimento econômico atrelado a ascensão social possa acontecer nos ambientes sociais.

6 Referências

ALBUQUERQUE, M. do, C, (org.) **Participação popular nas políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PoliticaHabitacionalnoBrasil.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

AMORIM, M. S. S. de.; REOLON, R.. Gestão governamental e políticas públicas locais. **Revista Debates**, v.3. n.1. p. 126-140. Jan/jan. Porto alegre, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/idx.php/debates/article/viewfile/7019/5453>. Acesso em 21 de dez de 2010>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004. Estabelece o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/leis/15268-10836.html>>. Acesso em: 01 Jan 2011.

_____. Agenda da Família. In: _____ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE A FOME. Brasília, 2010.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE A FOME. Brasília, 2010.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C.. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: **Violência, gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/20284/1/analise-de-politicas-publicas-de-lazer-em-projetos-sociais/pagina1.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 abr. 2011.

LINHARES, F. **O Bolsa Família: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil**. Disponível em: <<http://lakh.unm.edu/handle/10229/21113>>. Acesso em: 10 Fev. 2011.

MARTINS, C.E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectiva. **Revista Katál**. Florianópolis v.10 n.1 p.35-43 jan./jun 2007. Disponível em: dialnet.unirioja.es/servlet/dcfichero_articulo?codigo=2925319&orden=0. Acesso em: Fev de 2001.

PEDONE, L. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. 1 ed Brasília: FUNCEP- Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. V. 1. 48p.

PEREIRA, L. D.. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios**. S/D. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/pdf02/larissadahmerpereira.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos In: **O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados**. Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998

SILVA, A. B. da; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. de. (Org). **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica**. Natal, RN: UDUFRN, 2009.

SILVA, M. O. S da. **O Bolsa Família:** problematizando questões centrais na política de transferência de Renda no Brasil. Ciência e saúde coletiva, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/157/1/O%20BOLSA%20FAMILIA.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

SOARES, S ; RIBAS, R.P ; SOARES, F.V. **Focalização e cobertura do programa Bolsa-Família:** qual o significado dos 11 milhões de famílias? Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1396.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.